

# HISTORIADOR PÚBLICO INTELECTUAL: UMA PROPOSTA DE AUTORREFLEXIVIDADE DO/A HISTORIADOR/A<sup>5</sup>

The Public Historian as Intellectual: A Proposal for Self-Reflexive Historical Practice

Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha<sup>6</sup>  
Emily Vitória Neves Monteiro<sup>7</sup>

**Resumo:** Entendendo a polissemia da História Pública e o que a envolve, tivemos o intuito de estabelecer uma relação entre a intelectualidade e o papel do historiador público intelectual. Para responder a pergunta “o historiador público é intelectual?”, levantamos literaturas que nos ajudassem a pensar esse debate que ainda pode ser percorrido de maneira mais aprofundada. Através delas, pudemos observar que interpretar a realidade e buscar a sua transformação junto com os públicos, é fundamental para que o historiador público seja considerado intelectual. Ou seja, o historiador público intelectual atua política e/ou socialmente. Se a história é um embate pelo passado com bases científicas e que revela a perspectiva do cientista, apesar de ser um passo fundamental para a nossa profissão contemporânea, estar “fora do castelo” da academia não torna o historiador público obrigatoriamente intelectual. No caso do historiador, o intelectual é alguém que interage e atua no espaço público, buscando se chocar com a opinião pública.

**Palavras-chave:** Historiador. Intelectuais. História Pública.

**Abstract:** Understanding the polysemy of Public History and what involves it, we aimed to establish a relationship between intellectuality and the role of the intellectual public historian. To answer the question “is the public historian intellectual?”, we raised literature that would help us think about this debate that can still be explored in more depth. Through them, we were able to observe that interpreting reality and seeking its transformation together with the public is fundamental for the public historian to be considered intellectual. In other words, the intellectual public historian acts politically and/or socially. If history is a clash over the past with scientific bases and which reveals the scientist's perspective, despite being a fundamental step for our contemporary profession, being “outside the castle” of academia does not necessarily make the public historian intellectual. In the case of the historian, the intellectual is

<sup>5</sup> Inicialmente essas discussões e debates foram realizados na disciplina *Intelectuais, Historiadores e Espaço Público*, ministrada pelo Dr. Marcos Pirateli no Programa de Pós-Graduação em História Pública (Unesp), no segundo semestre de 2023, resultando neste ensaio.

<sup>6</sup> Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-graduação em História Pública, Campo Mourão, PR, Brasil. E-mail: [denilton.gabriel545@gmail.com](mailto:denilton.gabriel545@gmail.com). Orcid.

<sup>7</sup> Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-graduação em História Pública, Campo Mourão, PR, Brasil. E-mail: [emilyvitoria.nevesmonteiro@gmail.com](mailto:emilyvitoria.nevesmonteiro@gmail.com). Orcid.

someone who interacts and acts in the public space, seeking to clash with public opinion.

**Keywords:** Historian. Intellectuals. Public History.

### **Uma reflexão necessária**

A História Pública trouxe, como novidade para a História, preocupações com os públicos não-acadêmicos bem como a relação desses com a história e seus conteúdos. Ela, ao propor a elaboração de pontes entre academia e o extramuros, critica o extremo protagonismo do historiador ao argumentar que outros saberes são possíveis na construção do conhecimento histórico. Nesta ideia, a história pública nasce para propiciar o protagonismo do público não acadêmico. No entanto, quando falamos sobre a ciência da História Pública percebemos a necessidade da participação de historiadores e, considerando isso, faz-se necessário refletir sobre suas ações e práticas. Na relação historiador-público, quem reflete academicamente sobre as atividades são historiadores e historiadoras. Em nossa discussão traremos apontamentos para esses sujeitos. Vamos refletir a relação do historiador chamado “público” e a concepção de “intelectual”.

O sentido prático da História Pública é dado quando ela colabora para o registro de inúmeras vozes, propondo a insurgência das histórias dissidentes para a mediação na resolução de problemas sociais, para o debate em torno do patrimônio, de questões identitárias, ampliando olhares para aqueles que são mantidos como invisíveis de uma história heterogênea. Numa forma de dinamizar e ultrapassar a textualidade historiográfica encarcerada nos muros acadêmicos.

A história pública deve servir às controvérsias, evidenciando territórios e interesses particulares e coletivos (ROVAI, 2020), ressaltando o público como além de receptores da história. Então, a noção de história pública, enquanto dispositivo capaz de animar uma reflexão com consequências práticas, convida diferentes pesquisadores a revisitar suas investigações passadas ou suas práticas de trabalho correntes. Assim podemos refletir sobre o processo de construção do conhecimento que descontina a



sua dimensão pública, estimulando a revisão e a revitalização dos princípios e das práticas do pesquisador (SANTHIAGO, 2018, p. 294, 305).

## O historiador público intelectual

Entendemos que a prática intelectual, é um conceito filosófico e sociológico que pressupõe um olhar permanente para o passado, encarando-o como espaços de memória e de futuro (em que o indivíduo prospecta/imagina uma nova sociedade). Como um sujeito histórico e social, o intelectual materializa a categoria do *devir*, refletindo sobre as possibilidades de transformação da sociedade. Este sujeito intelectual, possui função social atuando na sociedade, engajando-se politicamente no espaço público, questionando o poder e a classe dominante e provocando a discórdia a partir de um ponto de vista crítico, ou seja, atua a contrapelo permeando também as memórias e histórias sensíveis dos sujeitos da sociedade.

O intelectual reflete a sociedade e imagina a sua transformação. Por imaginação compreendemos a capacidade de criar ou fabular a partir de situações vividas. Ele especula compreendendo a capacidade de levantar possibilidades e elencar mundos possíveis. É uma operação engajada em pensar o que as coisas poderiam ser. A especulação é um raciocínio no qual se pergunta sobre o que pode se tornar real. Segundo Renato Sztutman as práticas científicas nascem da especulação e da imaginação, passando do “e se...” ficcional para o “e então” relativo aos efeitos dos experimentos. Dessa forma, melhor que o mundo inerte e indiferente, “são os mundos que podem ser construídos, reconstruídos, recriados e retomados. O ponto não é discernir qual o melhor dos mundos possíveis, mas qual seria um bom mundo possível, qual seria potente, capaz de responder ao presente” (SZTUTMAN, 2022, p. 131, 142-176).

No caso do historiador público como intelectual, entendemos como alguém que interage e atua no espaço público, buscando se aliar com a opinião pública. O intelectual precisa se posicionar no espaço público (ZOLA, 2009). Isso significa que ser intelectual ocasiona a tomada de decisões, para realizar suas ações e práticas,

amparado por uma liberdade de pensamento. Por isso o intelectual não pode ser um ser humano apático às demandas da sociedade (THOMPSON, 2021). Sua preocupação é pensar aquilo que atinge a sociedade e o que é pensado por ela. Assim, ele se coloca em posição de discutir aquilo que está sendo debatido nas demandas sociais.

Não somente reflete ou interpreta, o intelectual se posiciona em busca da transformação do mundo, dominando as questões fundamentais da sociedade. Nesse sentido, o intelectual atua da melhor maneira para proporcionar uma melhor atuação do historiador na sociedade. Mas, uma questão a ser considerada é que o capitalismo transforma tudo em mercadoria, inclusive o conhecimento. Por conta disso, o conhecimento histórico pode ser compreendido como: mercadoria (indústria cultural, informação simplificada/vulgarizada ou entretenimento sem compromisso) ou mais complexo (reflete com rigor sobre a realidade). Se o conhecimento histórico for mera informação, o seu caráter mercadológico (tem um público-alvo e não um público-outro interlocutor) o torna “descartável” se olharmos pela perspectiva de um conhecimento que deveria ser transformador/intelectual ou relevante para a sociedade.

Quando assumimos essa descartabilidade do conhecimento mercadológico (divulgativo sem reflexão e rigor), levamos em conta que ao ser produzido, o indivíduo produtor podendo ou não ser historiador, pode não ter pensado nas respostas de impacto para determinada comunidade. Citamos como exemplo as produções do Brasil Paralelo, as quais não se preocupam em refletir crítica e metodologicamente o conteúdo elaborado, pelo contrário, visa uma historiografia “neutra”, de “verdade absoluta” e responde à uma agenda política com lucros milionários com consumidores. Nessa perspectiva, o produto é descartável por não agregar ao criticismo e a reflexibilidade de determinada comunidade, obtendo essa função apenas se for analisada por um cientista intelectual.

Na mesma perspectiva, se o conhecimento for uma interlocução produzida na arena de disputas públicas, teremos a ação de um historiador intelectual e engajado (ZOLA, 2009). Lima (2022, p. 293) considera que “os intelectuais desempenham um importante papel na sociedade sendo aqueles que falam para amplas audiências e no

espaço público, podendo muitas vezes utilizar-se do passado histórico para defender seus pontos de vista e suas ideias”.

No Brasil, assistimos ao avanço de argumentos de desqualificação dos historiadores e do conhecimento por anos acumulados; questionamentos que colocam em dúvida os métodos historiográficos e a seriedade e validade da ciência histórica. [...] autores como aqueles relacionados a esses falsos dossiês buscam desmerecer intelectuais e sua produção, com a finalidade de defender a existência de “historiadores independentes”, ou um “Brasil paralelo” ou, ainda, uma “história politicamente incorreta”; num processo revisionista perigoso que trata de dissolver a fronteira entre conhecimento científico e o senso comum, num projeto político conservador, embora se apresentem como portadores da “neutralidade”. Esta estratégia tem se apresentado como um grande desafio para nós, historiadores, nos chamando à arena pública para nos posicionarmos e nos desencastelarmos, marcando o compromisso com a defesa da ciência histórica presente nos mais diferentes espaços. [...] historiadores precisam ocupar espaços físicos e virtuais e usar ferramentas de comunicação em posição de diálogo com os mais diferentes públicos; precisam agir na promoção de ponderações sobre esses processos discursivos e seus efeitos políticos e na democratização da própria ideia de público participante (ROVAI, 2020, p. 142).

Antonio Gramsci (2001) foi um dos primeiros a fazer uma tentativa de reflexão teórica para estabelecer noções sobre as práticas dos intelectuais. Para ele, o intelectual deveria refletir suas práticas e ações, além de discutir sua base material, assumindo assim a sua função social. Função que, por o intelectual ser um sujeito social e histórico, não é autônoma, pois o pensamento intelectual é gerado num contexto de relações sociais. O ser humano tem como prática o uso de seu intelecto, entretanto, quando falamos das ações de intelectuais, concluímos que estas são atravessadas por relações sociais, as quais são construídas historicamente em conexão com sua classe. A formação e a função social do intelectual provém da realidade concreta e do processo histórico em que ele está inserido. Portanto, os intelectuais são intermediários das disputas que acontecem na arena pública da luta pela hegemonia na sociedade civil, lugar onde o historiador público pode agir. Consideramos que a função do intelectual é mostrar que o mundo é um eterno devir, apresentando o movimento da realidade concreta (GRAMSCI, 2001).



Marta Rovai (2020) é cuidadosa quando afirma que a história pública não é a “solução ou salvação para nenhuma prática como pesquisadores ou educadores, nem para qualquer reivindicação ou problema social”, pois ela deve ser um espaço de reflexão a quem pretende “desencastelar-se de seu espaço de produção de conhecimento e ensino e que se abram ao diálogo com o público”. O historiador público intelectual está atento para a dinâmica que envolve o tempo no qual estamos inseridos e as demandas que emergem no cenário político e social.

[...] somos tomados pela pressão política de grupos plurais demandando por seus direitos sociais e identitários e pelo registro de sua própria memória e história, narradas na primeira pessoa e não mais por outros. Somos deslocados de certo conforto diante de uma temporalidade que exige ações rápidas frente à grande quantidade de informações (muitas vezes equivocadas ou falseadas) e respostas imediatas a elas (ROVAI, 2020, p. 132-133).

O intelectual, então, vai além da crítica reflexiva quando assume a radicalidade da transformação social e não se coloca à parte dela. Enquanto um sujeito do dissenso, ele busca a mudança do mundo (BRECHET, 1993) e imersos em meio a “tensões sociais e identitárias e a revisionismos do senso comum, tornou-se emergencial problematizarmos as estratégias dos usos públicos da história, dos públicos como audiência e agentes da produção e divulgação e dos processos de mediação e compartilhamento” (ROVAI, 2020, p. 140). Eric Hobsbawm (2005), quando discute historiadores e engajamento, não pensa somente os fatos concretos, mas as interpretações deles. Pensa, também, as interpretações sobre eles. As disputas pelo passado, bem como pela memória, têm suas razões, de maneira que os embates sociais pelo passado demonstram que ninguém escreve, ou busca “entretenimento”, sobre o passado de forma aleatória. A disputa interpretativa do passado envolve funções sociais e projetos de mundo. O engajamento contempla a atividade subjetiva do historiador, considerando que se o historiador pode se engajar cientificamente, politicamente e socialmente, ele pode ser um intelectual (HOBSBAWM, 2005).

Esse engajamento pressupõe certa autonomia racional ao entender que ele faz parte de um contexto histórico e social, permitindo ações críticas na participação, no debate e na arena pública de disputas. A ação política no engajamento é uma escolha



objetiva por estar ligada à análise de um objeto. Isso significa que o historiador engajado constrói uma análise objetiva e subjetiva<sup>8</sup>, buscando a transformação da sociedade. A intervenção pública, de um possível historiador público engajado, vai de encontro com a sociedade, apresentando suas contradições (HOBSBAWM, 2005). Por isso, cabe refletir sobre nossas próprias práticas historiográficas e avaliá-las como informação (divulgação acrítica e simplificada) ou interlocução (ação social e política pela transformação da sociedade).

A História Pública tem “promovido inúmeras formas de atuação em antigos e novos espaços, em que o historiador deve-se fazer presente, no intuito de ser um provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (ROVAI, 2020, p. 145). Kelley (1978), por exemplo, considera que a História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia [...]. Então, historiadores públicos estão no trabalho sempre que, em sua capacidade profissional, são parte do processo público, a exemplo da construção de políticas públicas. Para ele, “o método histórico de análise não é relevante simplesmente para o destino de nações, ou para problemas de guerra e paz. Ele é essencial a cada tipo de situação prática imediata” (1978, p. 17). A História Pública não está somente para grandes conflitos, também para os debates inerentes da sociedade marginalizada ou renegada pela história oficial. Na História Pública, o historiador responde questões postas por outros, pelo debate público e pela sua prática social, mas “existem épocas quando interesses intelectuais de historiadores acadêmicos e as necessidades do público fluem naturalmente juntos” (1978, p. 18).

Já Rousso (1984) demonstra que a história tem uma função social reconhecida, a exemplo da History Workshop Journal que politicamente foi moldado por uma série de agitações de esquerda, comuns na Grã-Bretanha e na Europa no final dos anos 1960. O Workshop Journal marcou uma ruptura com os modos mais ortodoxos de historiografia de várias maneiras claramente definidas: a oficina representou a democratização da prática na atuação de historiadores iniciantes com experientes;

<sup>8</sup> É objetivo pela história ter objeto e subjetivo por depender do cientista que o interpreta.

affirmou que a verdade era uma arma na batalha de ideias; tentou tornar os historiadores mais atentos ao presente e revisar a noção de histórico para abranger a percepção de realidades contemporâneas. Dessa forma, a History Workshop Journal justificou o porquê historiadores que agem com públicos não costumam assumir neutralidade. Assim, os historiadores não só refletem o passado, mas, o ressignificam e constroem, pois o significado está nos olhos do espectador (SAMUEL, 1980). Portanto, os historiadores também podem atuar na transformação da realidade para além da interpretação dela.

O historiador deve buscar não mais “traduzir” a história a um público passivo, mas se relacionar com o mundo e com a sociedade de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes no espaço público (ROVAI, 2020). Portanto, o historiador público não é obrigado a ser, mas pode assumir um caráter ativista (ZAHAVI, 2011, p. 53), a exemplo dos historiadores ingleses das décadas de 1960 e 1970 que se atentaram a projetos sociais, para mediar e contribuir na organização de saberes locais de grupos que emergiram em sua luta.

Por meio da criação do History Workshop Journal e de um mestrado em história pública, manifestava-se a preocupação com a memória popular e a arte visual; defendia-se a produção e a publicização de uma história comunitária, envolvendo professores universitários, family historians, trabalhadores e curadores de patrimônio (Liddington, 2011, p. 41). Procurava-se, enfim, um fazer historiográfico mais democrático, que trouxesse a história para a arena pública e para o debate sobre justiça social, valorizando os saberes e fazeres do chamado “homem ordinário”, não apenas como audiência, mas também agente da escrita da história (ROVAI, 2020, p. 136).

Weverton Lima (2022, p. 294), baseando-se em Liddington (2011), demonstrou que “na Austrália a História Pública foi empregada no princípio como forma de engajamento nas lutas comunitárias em torno de questões identitárias e relações dos nativos e colonizadores”, portanto “mostrou-se mais engajada e militante, questionando como adquirimos nosso senso do passado e revendo posicionamentos em

relação a ele” (ROVAI, 2020). Em outro caso, vemos a prática da História Pública na Colômbia como campo de produção de narrativas sobre o passado em diálogo com as demandas públicas existentes no presente. A História Pública na Colômbia aponta não somente para a dimensão coletiva e colaborativa, mas para o papel de uma História Pública crítica e democrática para a construção de narrativas nacionais alternativas à oficial que possibilitem uma visão mais plural das “colombianidades” no tempo presente (ÁLVAREZ, 2021).

### O historiador público intelectual é mais que divulgador da história

Marta Rovai (2018) apresenta a História Pública no Brasil como “compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes, que devem circular da forma mais democrática possível” ao promover diálogo e reflexão. O historiador, quando traz a história de grupos ou comunidades para a arena pública, precisa se atentar à alteridade, à ética e ao compromisso com processos complexos, colocando-se num lugar de escuta sensível e política. A História Pública é um posicionamento prático, intelectual e político de observação da realidade: uma opção pela organização, mediação e divulgação de conhecimentos que estão fora da academia ou da escola. Trabalhos desenvolvidos no sentido da publicização da história não devem significar o abandono da seriedade e do caráter analítico na produção do conhecimento marcado por compromisso ético e profissional. Não é apenas “traduzir” o que foi produzido cientificamente, e sim dar a conhecer os procedimentos e discuti-los de forma prática, propiciando um entendimento coletivo.

A questão de “traduzir” os conhecimentos científicos acadêmicos para o público amplo era uma das principais preocupações da História Pública e também uma das preocupações dos historiadores. O receio em se trabalhar com a HP também era justificado pelo receio em perder sua autoridade. Bruno Lontra Fagundes (2017) expressa sobre a angústia dos historiadores com a História Pública:

Argumento da resistência de muitos historiadores com a História Pública induz a um raciocínio de que a História Pública seria algo como “aquela história que chega a públicos não formados mas que tem



pouco cuidado metodológico, feita de modo rápido e sem rigor”, o que contém mistificações sobre o conhecimento do passado (FAGUNDES, 2017, p. 3021).

Para muitos historiadores, permanecer na torre de marfim significava garantir a exclusividade e segurança da produção de conhecimento. Com o tempo e trabalhos sendo realizados nessa área, que ainda não tem uma conceitualização e explicação definitiva, percebeu-se que assumir a função de historiador público ampliaria os recursos, comunidades e demandas de conhecimento. Com a História Pública, a prática intelectual se tornou ainda mais presente na busca de conhecimentos que reverberam para comunidades e que também são produzidos por meio dela.

Por priorizar o conhecimento histórico produzido em diálogo com públicos, o historiador assume um papel na democratização do registro, do acesso, da divulgação e na produção de respeito à alteridade humana (ROVAI, 2018). A produção e a divulgação, feito em um processo democrático, não deve se submeter aos interesses do mercado ou ser seduzido pelas histórias sem analisá-las, banalizando os acontecimentos e as memórias. *Compartilhar não é simplificar*. Enquanto intelectual, o historiador deve refletir sobre práticas e saberes na constituição de identidades e de diálogo com o mundo. Juniele Almeida (2016, p. 47) considera que “os aspectos dos debates públicos, expressos entre os valores e ações dos movimentos sociais, podem ser observados em diversas pesquisas de história oral”, que evidenciam a história pública nas interpretações dialógicas do conhecimento. O historiador intelectual não vai aos públicos em busca por fontes passivas. Seu objetivo é atuar em conjunto nos debates e movimentações das comunidades. A partir dos procedimentos da história oral e das reflexões sobre a função social da história, por exemplo, é possível dimensionar os debates públicos e os interesses para promoção de políticas públicas. Na sua prática, o historiador, portanto, pode considerar que narrativas públicas são resultantes do trabalho de memória, marcadas pelo tempo presente em sua dinâmica social e expressam lembranças, esquecimentos e silêncios em múltiplas dimensões (ALMEIDA, 2016).

Marta Rovai pensa o papel do historiador como intelectual quando age como mediador, “como ponte entre a universidade e grupos diversos dos quais os significados de existência, a ressonância e as identidades não podem ser simplificados ou reduzidos à sua produção material e a suas possíveis tradições a partir de critérios fixos”. Para ela, é preciso levar em conta as formas de transgressão e inovação, conflitos e disputas internas, “enfrentamentos sociais contra o mundo do tempo rápido, avassalador e mercadológico, a espetacularização, e em busca por políticas públicas que lhes tragam benefícios e lhes garantam o direito aos direitos” (ROVAI, 2018, p.189).

Levando em consideração os debates públicos, as narrativas públicas apontam expectativas para o futuro capazes de catalisar novas vivências, para as quais os historiadores devem se atentar. Além disso, “os sujeitos, ao narrarem, atribuem significações históricas às suas experiências e podem reorientar as suas ações” nas disputas políticas, econômicas e sociais. No caso do trabalho da história oral e movimentos sociais, como prática de história pública, Almeida (2016) sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva, de modo que as entrevistas orais contribuam para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico dos movimentos sociais diante das disputas sociais. A história oral na construção da história pública dos movimentos sociais ajuda a aprender com um determinado público, viabilizando ao historiador possibilidades de políticas públicas (ALMEIDA, 2016).

Além de a história pública ter um papel fundamental para encontrar brechas que permitam superar o diagnóstico concomitante do aumento dos casos de depressão e ausência de perspectivas profissionais e do neoliberalismo reduzir a pluralidade dos sujeitos, os historiadores devem buscar se tornar um sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. Numa tentativa feita a partir de “dentro” para se comunicar com o que está “lá fora”, considerou que ao reconhecer a pluralidade das formas de atuação de historiadoras e historiadores e reconquistar a subjetividade do espectro do

neoliberalismo, a história pública auxiliaria na introdução de “habilidades” e “competências” que nos ajudassem a atuar junto ao público. O problema da relevância do conhecimento histórico passa pela necessidade de repensar sua justificativa num momento no qual o conceito moderno de história perdeu sua obviedade e muito de sua efetividade. Mas, a pertinência do saber histórico em sua capacidade de contribuir para a justiça social pode ser avaliada, sendo sempre uma questão pública (SILVEIRA, 2020).

Para Santhiago (2016, p. 25), um dos significados da expressão polissêmica história pública se refere “a atuação efetiva em história pública, isto é, *fazer* história pública”, ou seja, o historiador *serves* a um grupo ou instituição com o seu trabalho (SANTHIAGO, 2019, p. 138). Consideramos que este serviço do historiador, no espaço público, deve pressupor ações que buscam transformar a sociedade e a realidade, para que, assim, ele seja considerado um intelectual. Portanto, diante das ideias apresentadas, permitimo-nos considerar que o historiador público, para ser considerado intelectual, necessita não somente refletir e interpretar a realidade, mas atuar de forma prática no espaço público, construindo novos espaços de debates entre os amplos públicos.

A história pública no Brasil se converte em prática científica mais plural, rica e humanizada ao utilizar as diversas mídias e narrativas múltiplas no processo de se escrever ou difundir a História a favor da democracia, das memórias e dos direitos identitários, sociais e políticos, estimulando a reflexão coletiva sobre eles, a partir dos princípios éticos, educacionais, dialógicos e historiográficos (ROVAI, 2020, p.152). Ela não se caracteriza somente pela transmissão de um conjunto de habilidades técnicas capaz de viabilizar a construção de bens culturais, mas pela sua capacidade de promover uma transformação na relação das pessoas com o passado, na relação do historiador com seu ofício e também com os públicos na sociedades (SANTHIAGO, 2018, p. 306-307).



## O debate deve avançar

Buscamos apresentar uma possibilidade de atuação do historiador público na sociedade, mas também fazer uma defesa de uma História Pública engajada e intelectual para aqueles trabalhos que são politicamente direcionados e às vezes confundidos com simples partidarismos. Ora, a história é um embate pelo passado que tem bases científicas e que revela a perspectiva do cientista. O engajamento, na ciência, não está em discordar sobre fatos verificados, mas sobre sua escolha e combinação, sobre o que se pode argumentar a partir deles diante do espaço de disputas pelo passado e memória. Isso significa que o processo de conhecimento histórico tem um, ou mais, sujeito subjetivo. Portanto, o historiador público pode ou não ser intelectual: ele é intelectual, quando vai ao espaço público para discutir a interpretação e transformação da sociedade; não é quando o conhecimento produzido não reverbera significativamente para a comunidade, não contribui para uma consciência crítica e reflexiva.

O historiador público, para ser intelectual, deve ser engajado, agindo socialmente e, no seu caso, em conjunto de alguma maneira com os públicos. Não entendemos essas como características obrigatórias ao historiador público, somente são para o considerar como intelectual. Um exemplo de historiador público intelectual no Brasil foi José Carlos Sebe Bom Meihy (1992), que ao tratar do suicídio entre os Kaoiwá, no Mato Grosso do Sul, esteve preocupado em escutar, registrar e publicizar as memórias dos indígenas. Defendia história-escuta, uma história-denúncia, uma história-acolhimento. Uma história pública de intervenção social em busca de políticas públicas (ROVAI, 2020).

Ao abrir esse espaço de discussão, nos propomos a pensar o papel do historiador intelectual dentro da área da História Pública. Entendendo sua polissemia, propomos entender o papel do Historiador Público intelectual, sendo aquele pesquisador que além de se preocupar e estabelecer debates sobre os públicos, propõe de forma prática ações que podem alterar as estruturas e/ou experiências de vivências desses públicos. Em nenhuma instância debatemos uma obrigatoriedade sobre o



historiador público ser intelectual ou atuar da forma que pensamos nesse texto, mas entendemos que ao se dispor a trabalhar com o outro, é necessário se deslocar com inteireza para a discussão que está sendo desenvolvida.

Identificamos como historiador público intelectual, aqueles que se constroem no fazer com o outro, sendo também modificado pelos sujeitos que estão presentes no trabalho. Caso a discussão fique no campo teórico da História Pública, esse historiador assume o caráter de historiador público, mas não necessariamente intelectual, visto que não mantém sua centralidade no público, mas sim na conceitualização da História Pública. Nesse âmbito, o Historiador Público Intelectual deve-se desprender das amarras impostas pela torre de marfim e caminhar lado a lado com o público que pretende dialogar e movimentar a realidade. As experiências vividas por essas pessoas são equivalentes ao saber do historiador e entender essa colaboração é essencial para que o trabalho proposto não seja superficial carregado em sua estrutura de uma hierarquização infrutífera.

O debate a respeito da intelectualidade foi necessário para traçarmos um paralelo daquilo que é discutido idealmente e o que é discutido na praticidade. O historiador intelectual, preocupando-se com os sujeitos históricos e estabelecendo a relação com o tempo histórico, ampliou nossa percepção do que poderia ser um historiador público em suas atividades. Por meio da discussão estabelecida, entendemos a necessidade do papel do historiador público intelectual dentro da história pública, sendo o pesquisador que se propõe a olhar de forma horizontal o seu público, produzindo, acolhendo e refletindo sobre suas experiências e juntos pode-se pensar realidades diferentes e ampliar as múltiplas vozes que precisam ser ouvidas. Com a construção participativa do saber histórico, uma transformação social é possível.

## Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo;



- SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de O. **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- BRECHET, Bertolt. Turandot ou o Congresso das Lavadeiras. In: BRECHET, B. **Teatro completo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Vol. 9, p. 107-190.
- CAUVIN, Thomas. El surgimiento de la historia pública: una perspectiva internacional. **Historia Crítica**, nº 68, p. 3-26, 2018.
- FAGUNDES, Bruno Lontra. O que é, como e por que história pública? Algumas considerações sobre indefinições. **VIII Congresso Internacional de História.** Universidade Estadual de Maringá, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, vº 14, nº 28, p. 8-39, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. Engajamento. In: HOBSBAWM, E. **Sobre História:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 138-154.
- KELLEY, Robert. Public History. Its origins, nature and prospects. [História Pública, suas origens, natureza e perspectivas] **The Public Historian**, vº 1, nº 1, p. 16-28, 1978.
- LIMA, Weverton José Dos Santos. A HISTÓRIA FEITA POR NÃO HISTORIADORES: LEONARDO BOFF INTELECTUAL PÚBLICO E HISTÓRIA PÚBLICA. **Revista Interdisciplinar da FARESE**, [S. l.], v. 4, 2023. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/revistainterdisciplinardafarese/article/view/971>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- RIBEIRO, C. P. **Histórias em quadrinhos, mediação intelectual e divulgação do conhecimento histórico:** as obras de Marcelo D'Salete à luz da História Pública. 118 f. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022.
- ROUSSO, Henry. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. [A história aplicada ou os historiadores taumaturgos] **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n. 1, p. 105-122, janvier 1984.
- ROVAI, Marta Gouveia de O. História Pública: Um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et al (orgs.). **Coleção História do Tempo Presente:** Volume II. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 131-153.
- ROVAI, Marta Gouveia de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R.; MENESSES, Sônia. **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- SAMUEL, Raphael. On the Methods of History Workshop: A Reply. **History Workshop Journal**, nº 9, primavera de 1980. p. 162-176.

- SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo, Letra e Voz, 2016. p. 23-35.
- SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, vº 10, nº 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.
- SANTHIAGO, Ricardo. Servir bem para servir sempre. Técnica, mercado e o ensino de História Pública. **Revista História Hoje**, vº 8, nº 15, p. 135-157, 2019.
- SARTRE, Jean Paul. O que é um intelectual?; Função do intelectual. In: SARTRE, J. P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994. p. 13-31; 32-53.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ. **Revista Tempo e Argumento**, vº 12, nº 30, 2020.
- SZTUTMAN, Renato. No limiar entre ciência e ficção: especulação e imaginação para responder ao Antropoceno. In: MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo (orgs). **O Antropoceno: sobre modos de compor mundos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.
- THOMPSON, E. P. Fora da baleia. In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 301-348.
- VARGAS ÁLVAREZ, Sebastián. Genealogias da história pública na Colômbia: fragmentos de uma prática intelectual. In: BORGES, Viviane; ROSA, Rogerio (orgs.). **História pública e História do Presente**. São Paulo: Letra & Voz, 2021. p. 52-69.
- VARGAS ÁLVAREZ, Sebastián; MARTÍN, Nilson Javier Ibagón. Enseñanza de la Historia e Historia Pública en Colombia: convergencias, problemas y retos a futuro. In: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; VARGAS ÁLVAREZ, Sebastián (orgs.). **Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2022. p. 44-59.
- ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de O. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ZOLA, Emile. **J'accuse...!** Porto Alegre: L&PM, 2009.